



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 18088.000632/2009-62

Recurso nº Voluntário

Resolução nº 2401-000.597 – 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária

Data 04 de julho de 2017

Assunto SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA

Recorrente PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade, em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier Lazarini - Presidente

(assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Miriam Denise Xavier Lazarini, Cleberson Alex Friess, Carlos Alexandre Tortato, Francisco Ricardo Gouveia Coutinho, Andrea Viana Arrais Egypto, Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez, Luciana Matos Pereira Barbosa e Rayd Santana Ferreira.

Relatório

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO, contribuinte, pessoa jurídica de direito público, já qualificada nos autos do processo em referência, recorre a este Conselho da decisão da 7ª Turma da DRJ em Ribeirão Preto/SP, Acórdão nº 14-39.235/2012, às e-fls. 305/311, que julgou procedente o lançamento fiscal, por ter a autuada deixado de preparar folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social, deixando de incluir os valores pagos a diversos segurados contribuintes individuais, conforme planilha integrante deste AIOA, deixou de identificar nas folhas de pagamento parcelas que teriam ou não a incidência de contribuições previdenciárias, e, não totalizou todos os valores de remuneração pagos a prestadores a seu serviço, no período de 01/2004 a 12/2004, conforme o explicitado no Relatório Fiscal da Aplicação da Multa - RFAM, fato que constitui infração às disposições contidas no art. 32, inciso I, da Lei nº 8.212/91, c/c art. 225, inciso I, § 9º, do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Inconformada com a Decisão recorrida a contribuinte apresentou Recurso Voluntário, às e-fls. 315/330, procurando demonstrar sua improcedência, desenvolvendo em síntese as seguintes razões.

Após breve relato das fases processuais, bem como dos fatos que permeiam o lançamento, suscita preliminarmente a decretação da decadência em observância ao prazo quinquenal, de acordo com o que dispõe o artigo 150, § 4º do CTN.

Pugna pela aplicação do § 4º do art. 150, uma vez que as contribuições previdenciárias lançadas pela autoridade fiscal reportam-se a modalidade de lançamento por homologação. Por via de consequência, a multa tributária também segue esse prazo, pois se refere a uma obrigação acessória que acompanha a principal.

Explicita ter o Auto de contribuições previdenciárias sido julgado decadente o período compreendido entre janeiro e outubro de 2004, pela DRJ em Ribeirão Preto, devendo a obrigação acessória seguir a mesma sorte, aja vista a decadência ter atingido o próprio direito supostamente violado. Afirmar que à luz do pacto federativo, o Município não pode ser responsabilizado pelo pagamento da contribuição devida por terceiros, pois não é sujeito passivo do tributo, consequentemente, a autuação viola o pacto federativo previsto no art. 60, § 4º, I, da Constituição.

Suscita a conexão e o julgamento simultâneo do processo nº 37.146.687-3, com este processo, eis que o provimento daquele poderá importar na perda de objeto deste processo, ou eventual refazimento do auto de infração.

Esclarece que apesar da autoridade autuante fundamentar a aplicação desta penalidade em outro artigo, em verdade, a essência desta multa é a mesma da multa aplicada no bojo do AI nº 37.251.626-2, incorrendo em claro *bis in idem*.

Por fim, requer o conhecimento e provimento do seu recurso, para desconsiderar o Auto de Infração, tornando-o sem efeito e, no mérito, a sua absoluta improcedência.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rayd Santana Ferreira - Relator

Presente o pressuposto de admissibilidade, por ser tempestivo, conheço do recurso e passo ao exame das alegações recursais.

Não obstante as substanciosas razões meritórias de fato e de direito ofertadas pela contribuinte em seu recurso voluntário, há nos autos questão preliminar, indispensável ao deslinde da controvérsia, que deve ser elucidada, prejudicando, assim, a análise da demanda nesta oportunidade, como passaremos a demonstrar.

Conforme já relatado, trata-se da imposição de multa de obrigação acessória por ter a empresa deixado de preparar folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidas pelo órgão competente, AI 30.

A decisão da procedência ou não do presente auto de infração está ligado à sorte da Notificação Fiscal lavrada sob fatos geradores de mesmo fundamento. No entanto, não consta do Relatório Fiscal qual seria o DEBCAD referente a obrigação principal que ensejou o presente lançamento.

A contribuinte em suas razões recursais, pugna pela conexão com o DEBCAD nº 37.146.687-3 por manifesta prejudicialidade imediata as contribuições previdenciárias ali lançadas.

Com as ferramentas ao alcance deste Relator, não é possível concluir qual o processo administrativo fiscal referente ao DEBCAD retro mencionado, e, mais, a alegação de vinculação é trazida pela contribuinte, devendo ser ratificada e confirmada pela autoridade fiscal.

Repiso, não consegui identificar em qual processo administrativo abrange os fatos geradores das contribuições previdenciárias ensejadoras deste auto de obrigação acessória, e, sequer se já foram objeto de julgamento ou não.

Assim, para evitar decisões discordantes faz-se imprescindível a análise tendo por base os resultados do referido AIOP.

Dessa forma, para que se possa proceder ao julgamento, devem ser prestadas informações acerca das AIOP (NFLD) conexo(s), em especial quanto ao número do processo, para que se possa identificá-los no sistema, já que ao procurar por número do DEBCAD, não nos foi possível identificar seus andamentos. Caso os referidos AIOP já tenham sido quitadas, parceladas ou julgadas definitivamente deve ser colacionada tal informação aos presentes autos. No caso, requer seja realizado detalhamento acerca do resultado, do período do crédito e da matéria objeto de cada AIOP, para que se possa identificar corretamente a correlação de cada AI com seu resultado e proceder ao julgamento do auto em questão.

Por tais motivos, tenho que o julgamento do presente Auto de Infração deve se dar somente em conjunto com a NFLD/AIOP correlata, ou, quando este já esteja

definitivamente julgado. Portanto, caso não tenha sido julgado, que os autos do presente processo passem a tramitar em conjunto com o relativo lançamento da obrigação principal.

Por todo o exposto, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER DO RECURSO VOLUNTÁRIO E CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, nos termos encimados, devendo ser oportunizado à contribuinte se manifestar a respeito do resultado da diligência no prazo de 30 (trinta) dias, se assim entender por bem.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira.